

Artigo

Quem é progressista e quem é de direita

Os dois maiores eixos do poder no mundo de hoje são a hegemonia imperial norte-americana e o modelo neoliberal. A direita se articula em torno da liderança política e militar norte-americana e desenvolve, em nível nacional e internacional, políticas de livre comércio e de mercantilização de todas as sociedades.

Diante desse quadro, progressistas são, em primeiro lugar, os governos, as forças políticas e as instituições que lutam pela construção de um mundo multipolar, que enfraqueça a hegemonia imperial hoje dominante, que logre a resolução dos conflitos de forma política e pacífica, contemplando a todas as partes em conflito, ao invés da imposição da força e da guerra. O que significa fortalecer os processos de integração regional – como os latino-americanos.

Se diferenciam, na América Latina, com esse critério, os governos de países como a Venezuela, o Brasil, a Argentina, o Uruguai, a Bolívia, o Equador, entre outros, que fortalecem o Mercosul, a Unasul, o Banco do Sul, o Conselho Sul-americano de Defesa, a Alba, a Celac, entre outras iniciativas que privilegiam o intercâmbio regional e se opõem aos Tratados de Livre Comércio com os Estados Unidos. Priorizam também o comércio com os países do Sul do mundo e as organizações que os agrupam, como os Brics, entre outras. São governos que afirmam políticas externas soberanas e não de subordinação aos interesses e orientações dos Estados Unidos.

Do outro lado do campo político se encontram governos como os do México, do Chile, do Panamá, da Costa Rica, da Colômbia, que priorizam por esses tratados e favorecem o comércio com a maior potência imperial do mundo e não com os parceiros da região e com os países do Sul do mundo.

Em segundo lugar, progressistas são os governos, forças políticas e instituições que colocam o acento fundamental na expansão dos mercados internos de consumo popular, na extensão e fortalecimento das políticas que garantem os direitos sociais da população, que elevam continuamente o poder aquisitivo dos salários e os empregos formais. Além disso, as forças progressistas se caracterizam pelo resgate do papel do Estado como indutor do crescimento econômico, deslocando as políticas de Estado mínimo e de centralidade do mercado, e como garantia dos direitos sociais da população.

Por esses três critérios é que a maioria dos governos latino-americanos – entre eles os da Venezuela, do Brasil, da Argentina, do Uruguai, da Bolívia, do Equador – são progressistas e expressam, a nível mundial, o polo progressista, que se opõem às políticas imperialistas e neoliberais das potências centrais do capitalismo internacional.

Emir Sader – filósofo, cientista político e professor da UERJ, onde coordena o Laboratório de Políticas Públicas

Com mobilizações, Sindicato garante conquistas para os trabalhadores

Foto: Drawlio Joca



Caixa: Em apenas três rodadas de negociação da CCV (Comissão de Conciliação Voluntária), o Sindicato dos Bancários do Ceará conquistou o retorno aos bolsos dos empregados da Caixa, o valor aproximado de R\$ 1 milhão e 750 mil. As negociações são referentes ao pagamento das 7ª e 8ª horas dos cargos técnicos. Foram efetivadas até o presente momento 55 sessões de conciliação, com 49 acordos. Nova rodada está marcada para dia 12/6, terça-feira (pág. 3)

Banco do Nordeste: No próximo dia 14/6, no Passaré, grande manifestação vai marcar o ajuizamento da Ação de Isonomia, pelo SEEB/CE, reivindicando vários direitos e benefícios para funcionários dos bancos federais, principalmente os que ingressaram a partir do ano 2000. No BNB, a ação inclui benefícios como licença-prêmio, anuênios, promoção, auxílio material escolar, folgas, empréstimo de férias. No mesmo dia haverá manifestação pelo cumprimento da ação de equiparação, cuja campanha foi lançada dia 5/6 (foto) (pág. 5)

Foto: Elton Gomes



Foto: Elton Gomes



Banco do Brasil: O Sindicato dos Bancários do Ceará teve reunião com a Super BB/CE, no dia 5/6, para apurar denúncia de assédio moral. O Super não confirmou se irá efetivar os descomissionamentos, mas insistiu que caso queira, é possível fazê-lo como ato de gestão. Sindicato realizou ato para denunciar a postura da Superintendência dia 8/6 e anunciar medidas políticas e jurídicas junto ao MPT e Superintendência Regional do Trabalho (pág. 6)

Tabagismo

Campanha do Dia Mundial sem Tabaco: respeite a sua saúde e a saúde do planeta

O tabagismo é responsável por aproximadamente 50 doenças. Nos países em desenvolvimento, o desmatamento devido ao plantio e secagem das folhas do tabaco corresponde a 5% do total. Para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é sacrificada.

No dia 31 de maio, comemorou-se o Dia Mundial sem Tabaco para lembrar às pessoas os problemas causados pelo fumo. No Brasil, o alerta está voltado não somente para os prejuízos à saúde, mas também para o meio ambiente. “Fumar: faz mal pra você, faz mal pro planeta”. A data foi criada em 1987 pela Organização Mundial de Saúde (OMS).

Desde o início da última semana, atividades de conscientização foram realizadas em todo o País. Na quinta-feira, em Brasília, as manifestações se concentraram no Espaço Mário Covas (Câmara dos Deputados), com ações como a medição de carbono com monoxímetro, prevenção do câncer bucal, medição da pressão ocular com orientações sobre o uso e limpeza das lentes dos óculos.

Segundo o Instituto Nacional do Câncer (INCA), o tabagismo é considerado pela OMS a principal causa de morte evitável em todo o mundo. A Organização estima que um terço da população mundial adulta, isto é, 1 bilhão e 200 milhões de pessoas (entre as quais 200 milhões de mulheres), sejam fumantes.

O uso do tabaco provoca 4,9 milhões de mortes anuais, o que corresponde a mais de 10 mil mortes por dia. No Brasil, é responsável por 200 mil mortes por ano (23 pessoas por hora). O tabagismo provoca também 90% dos casos de



câncer no pulmão (entre os 10% restantes, 1/3 é de fumantes passivos). A presença de cerca de 4.720 substâncias presentes na fumaça dos derivados do tabaco, faz com que o tabagismo seja responsável por aproximadamente 50 doenças, como doenças vasculares, angina e infarto do miocárdio e vários tipos de câncer.

Danos causados ao meio ambiente e ao homem

Para as ações deste ano, a OMS escolheu o tema “A Interferência da Indústria do Tabaco”. O Brasil adaptou a abordagem para o contexto nacional, enfocando os danos causados ao longo da cadeia de produção do tabaco ao meio ambiente e à saúde da população, como o uso agrotóxicos que agredem ecossistemas e fumicultores, desmatamento, trabalho adolescente e infantil, danos à saúde da população, como a dependência química à nicotina e o fumo passivo e, por consequência, o aumento do risco para o desenvolvimento das Doenças Crônicas Não Transmissíveis (DCNTs), como

Acidente Vascular Encefálico, infarto e diversos tipos de câncer. Daí, a escolha do tema nacional: “Fumar: faz mal pra você, faz mal pro planeta”.

Nos países em desenvolvimento, o desmatamento devido ao plantio e secagem das folhas do tabaco corresponde a 5% do total. Para cada 300 cigarros produzidos, uma árvore é sacrificada. O fumante de um maço de cigarros por dia consome duas árvores em um mês. Ainda que as zonas desmatadas sejam reflorestadas, não são refeitas as condições naturais quanto à flora e à fauna da mata virgem. O desmatamento está associado ainda a surtos de doenças infecciosas, e à erosão e destruição do solo.

Orientações – No portal do Inca (www.inca.gov.br) os fumantes encontram orientações para deixar de fumar. Os especialistas recomendam que, ao decidir largar o fumo, é importante aliar essa decisão com nova rotina de vida, investindo na prática de exercícios físicos e cuidados com alimentação.

Brasil gasta R\$ 21 bi com tratamento de doenças relacionadas ao tabaco

O Brasil gastou no ano passado R\$ 21 bilhões no tratamento de pacientes com doenças relacionadas ao cigarro, revela estudo inédito financiado pela Aliança de Controle do Tabagismo (ACT). O valor equivale a 30% do orçamento do Ministério da Saúde em 2011 e é 3,5 vezes maior do que a Receita Federal arrecadou com produtos derivados ao tabaco no mesmo período.

A divulgação foi feita na véspera do Dia Mundial sem Cigarro, criado pela Organização Mundial de Saúde (OMS). O estudo demonstra ainda que o tabagismo é responsável por 13% das mortes no País. São 130 mil óbitos anuais (350 por dia). Os resultados são fruto da análise de dados de 15 doenças relacionadas ao cigarro. Quatro delas – cardíacas, pulmonar obstrutiva crônica, câncer de pulmão e acidente vascular cerebral – responderam por 83% dos gastos.

Os custos, segundo uma das coordenadoras do estudo, a economista da Fundação Oswaldo Cruz, Márcia Teixeira Pinto, são referentes às despesas tanto no Sistema Único de Saúde (SUS) quanto na saúde suplementar. “Há tempos buscamos números que indiquem o impacto do tabagismo na economia do País”, diz a diretora executiva da ACT, Paula Johns. Um dos argumentos da indústria do fumo para frear medidas de prevenção é a alta arrecadação de impostos, além da alta quantidade de empregos concentrada na atividade.

No debate mais recente, feito durante a discussão da resolução da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) para proibição de aditivos ao cigarro, a Associação

dos Fumicultores do Brasil (Afubra) apontou que em 2010 a indústria recolheu R\$ 9,3 bilhões de tributos e gerou receita de R\$ 4,1 bilhões. “Não concordamos com o número apresentado por eles de arrecadação. Mesmo assim, é mais do que a metade do gasto com doenças”, afirma Paula.

Segundo ela, os números mostram que ainda há muito o que ser feito no combate ao tabagismo. Entre reivindicações está a regulamentação da lei que proíbe fumo em locais públicos fechados e a da proibição de propaganda nos locais de venda.

Em 2005, a pesquisadora Márcia Pinto já havia feito um estudo mostrando que os gastos com o tratamento de doenças eram de R\$ 338 milhões. “A metodologia era diferente”. Ela lembra que foram avaliados gastos apenas no setor público do Rio. Paula diz que não se espantou com resultados. A estimativa é de que a cada US\$ 1 arrecadado com impostos de cigarro sejam gastos US\$ 3 no tratamento.

Diferenças – Márcia, que conduziu o trabalho com André Riviere, do Instituto de Efectividad Clínica y Sanitaria, da Argentina, afirma que fumantes no Brasil vivem pelo menos cinco anos a menos do que os não fumantes. Mulheres dependentes do cigarro têm, em média, 4,5 anos a menos de vida do que as não fumantes e 1,32 a menos do que as ex-fumantes. Entre homens, a perda é de 5,03 anos em relação ao tempo médio de vida dos não fumantes e de 2,05 dos ex-fumantes.

DICA CULTURAL

Festival Cinema pela Verdade faz duas exhibições gratuitas em Fortaleza

Festival Cinema pela Verdade exhibe sessões gratuitas em 81 universidades brasileiras. A mostra, que está percorrendo 27 capitais, exhibe gratuitamente, sessões que abordam a Ditadura Militar (1964-1985). Após a exibição de cada filme, são realizados debates sobre a temática com acadêmicos, pesquisadores e participantes.

Fortaleza receberá duas mostras do Festival Cinema pela Verdade, nos dias 11 e 12 de junho, e nos dias 2 e 3 de agosto. Serão exibidos 3 filmes principais da Mostra em todas as universidades, são eles: Condor (2007), Cidadão Boilsen (2009) e Hércules 56 (2006). Além destes três filmes, algumas universidades também exhibirão os longas-metragens Diário de uma Busca (2010) e Uma longa Viagem (2011).

Júlia Motta, coordenadora do Festival Cinema pela Verdade, explica que a mostra pretende tornar os universitários mais críticos, além



de fazer repensar sobre o período da Ditadura Militar no Brasil. “O evento é realizado em universidades justamente com o intuito de preparar os jovens para se tornarem um público crítico. É necessário repensar a Ditadura Militar no Brasil. Nosso País precisa reviver esse momento, para entrar numa democracia de fato, por isso são importantes as exhibições e os debates que ocorrerão no festival”.

Serviço:

Dias 11 e 12 de junho – Faculdade Evolutivo - Auditório da FACE
Dias 2 e 3 de agosto – Universidade Federal do Ceará – Auditório Rachel de Queiroz
Mais informações: www.facebook.com/FestivalCinemaPelaVerdade

PROJETO DE LEI

Comissão do Senado aprova união estável entre casais homoafetivos

A Comissão de Direitos Humanos do Senado aprovou projeto de lei que inclui no Código Civil a união estável entre homossexuais e sua futura conversão em casamento. A proposta transforma em lei uma decisão já tomada por unanimidade pelo Supremo Tribunal Federal (STF) em maio de 2011, quando reconheceu a união estável de homossexuais como unidade familiar.

A proposta, de autoria da senadora Marta Suplicy (PT-SP), ainda terá que passar pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) antes de ir a plenário e também terá que ser votada pela Câmara dos Deputados,



onde deverá enfrentar muito mais resistência do que no Senado, especialmente por parte da chamada bancada evangélica.

Em seu relatório sobre o PL, a senadora Lídice da Mata (PSB-BA) defendeu a proposta lembrando que

o Congresso está atrasado não apenas em relação ao STF, quanto em relação à Receita Federal e ao INSS, que já reconhecem casais do mesmo sexo em suas normas. A senadora lembra, no entanto, que a conversão de união estável em casamento não tem qualquer relação com o casamento religioso.

“O projeto dispõe somente sobre a união estável e o casamento civil, sem qualquer impacto sobre o casamento religioso. Dessa forma, não fere de modo algum a liberdade de organização religiosa nem a de crença de qualquer pessoa, embora garanta, por outro lado, que a fé de uns não se sobreponha à liberdade pessoal de outros”, apontou em seu relatório.

Sindicato recupera R\$ 1 milhão e 750 mil aos empregados da Caixa

O Sindicato dos Bancários do Ceará, nas três primeiras rodadas de negociação da CCV (Comissão de Conciliação Voluntária) conquistou o retorno aos bolsos dos empregados da Caixa, o valor aproximado de R\$ 1 milhão e 750 mil. As negociações são referentes ao pagamento das 7ª e 8ª horas dos cargos técnicos. Foram efetivadas até o presente momento, 55 sessões de conciliação, de onde foram feitos 49 acordos e

duas frustrações, e mais quatro pedidos de prorrogação, sendo que os colegas que frustraram suas ações já ingressaram com ação na justiça trabalhista por não concordarem com os valores apresentados pela Caixa.

Essa inovação da CCV dá aos empregados da ativa da Caixa a possibilidade de tratar de passivos trabalhistas sem a necessidade de ingressar com ação judicial. Os acordos são administrativos em relação às 7ª e 8ª horas, referentes às verbas não pagas. O público de acesso à Comissão são empregados que cumpriram jornadas além

das 6 horas, com cargos comissionados de técnicos, e que por opção própria não entraram com ações na justiça, podendo agora buscar parte dos seus direitos de indenização através da Comissão de Conciliação, que foi conquistada na última Campanha Salarial, na mesa de negociações permanentes.

Atualmente, 123 bancários da Caixa já preencheram o formulário no Sindicato de adesão à CCV, sendo já atendidos 55 bancários. A próxima sessão de conciliação será dia 12/6, terça-feira, onde está previsto mais 20 colegas participarem da negociação. Vale

ressaltar que, frustrada a negociação, o empregado mantém o direito de ingressar na justiça. O aditivo para ampliação da CCV a empregados ativos que desejem postular direitos referentes às 7ª e 8ª horas dos cargos em comissão está previsto na cláusula 49ª do acordo coletivo da Caixa.

Para Marcos Saraiva, diretor do SEEB/CE, "a CCV significa mais um passo na solução de pendências trabalhistas acumuladas ao longo de vários anos. É importante lembrar que se trata de conquista obtida com a mobilização da categoria na última campanha nacional", destacou.

Foto: Secretaria de Imprensa - SEEB/CE



Após entrega da minuta, entidades sindicais buscam avanços para bancários

A Contraf-CUT, federações e sindicatos realizaram no dia 5/6, em São Paulo, a primeira negociação com o Santander para a renovação do acordo aditivo à convenção coletiva dos bancários e do Programa de Participação nos Resultados Santander (PPRS). A rodada ocorreu logo após a entrega da minuta de reivindicações específicas ao banco espanhol. Nova negociação foi agendada para a próxima terça-feira, dia 12/6.

Os representantes do banco propuseram a renovação do aditivo e do PPRS, nas mesmas condições vigentes, sem quaisquer alterações, com a assinatura de um acordo com prazo de dois anos. Os dirigentes sindicais cobraram avanços. "Queremos discutir o aditivo e o PPRS, mas com a perspectiva de garantir avanços para os trabalhadores brasileiros, responsáveis por 27% do lucro mundial do Santander, o melhor resultado do banco em todo mundo", defende Ademir Wiederkehr, secretário de imprensa da Contraf-CUT.

Ele lembrou que, apesar da crise financeira na Espanha, a última assembleia dos acionistas do Santander Brasil, ocorrida no dia 24 de abril, aprovou por maioria a remuneração global anual de R\$ 300 milhões aos administradores do banco em 2012. Esses recursos milionários serão pagos para apenas 56 membros da Diretoria Executiva e 8 integrantes do Conselho de Administração. Isso representa um ganho médio mensal de R\$ 390 mil para um desses executivos. Essa remuneração aumentou em relação ao ano de 2011, quando foram destinados R\$ 283,540 milhões para esse alto escalão do banco. "É injusto e inaceitável que os trabalhadores recebam tratamento diferenciado e não sejam valorizados", cobrou o diretor da Contraf-CUT.

Garantia de emprego—Aminuta foi definida no dia anterior, durante a reunião ampliada na Comissão de Organização dos Empregados (COE), instância da Contraf-CUT que assessora as negociações com o banco. As reivindicações foram elaboradas com base nas consultas dos sindicatos, que ouviram os funcionários, fizeram debates e reuniões nos locais de trabalho. "Temos um bloco de cláusulas do aditivo que queremos que sejam mantidas e outro bloco de propostas para que sejam atendidas e virem cláusulas novas", destaca Maria Rosani, coordenadora da COE do Santander.

Os dirigentes sindicais apontaram que as consultas indicaram em todo país que a prioridade principal é a garantia de emprego. Na Espanha, apesar da crise financeira, o Santander não demite, mas aqui no Brasil o banco pratica a política da rotatividade, dispensando milhares de trabalhadores. "Propomos também a retomada da licença remunerada pré-aposentadoria, o pijama, como forma de evitar demissões", afirma a dirigente sindical.

Outras prioridades dos bancários são a ampliação das bolsas de estudos para pós e segunda graduação

e a manutenção do plano de saúde durante a aposentadoria nas mesmas condições dos trabalhadores da ativa, dentre outras.

Igualdade de direitos — A secretária de Finanças do Sindicato dos Bancários de São Paulo, Rita Berlofa, destacou que o que está sendo apresentado ao banco para renovação do aditivo tem por base o praticado na Espanha. Ela acentuou que, mesmo aquele País passando por crise financeira, a matriz não demite trabalhadores e mantém acordo coletivo com cláusulas sociais mais vantajosas que as do Brasil, além de tratar os dirigentes sindicais como se na ativa estivessem, ou seja, com isonomia de direitos aos demais funcionários da empresa.

Transparência na renda variável — Os representantes do banco afirmaram que, em função de a lei federal nº 10.101 determinar que a distribuição dos valores dos programas próprios de remuneração variável deve ser definida ainda no primeiro semestre, há pressa para que se chegue a um acordo. Rita afirmou que não há impedimentos em se chegar logo a um acordo, mas ressaltou que isto dependerá da disposição do banco em apresentar uma proposta que contemple as expectativas dos funcionários.

Ela salienta essa legislação também determina que tais programas devem ser negociados com o sindicato para garantir mais transparência. "Isso, infelizmente, não está acontecendo. Os bancários não conseguem distinguir o que está sendo pago no programa de remuneração. Por isso, queremos negociar critérios claros para que todos saibam o que ganham, como é feita a distribuição e quais são as regras desse jogo", propõe.

Venda responsável de produtos — Rita lembrou ainda que o banco assinou no ano passado uma declaração de venda responsável de produtos financeiros com o Comitê de Empresa Europeu, válido para todos os países europeus onde o banco atua. "Atualmente, o funcionário se sente aviltado em seus princípios por ter de vender produtos que são impostos pela empresa e não interessam aos clientes. A venda responsável também aqui tiraria esse peso do trabalhador, que passaria a ofertar produtos de acordo com as necessidades e capacidade dos clientes", explica.

Reunião específica — As entidades sindicais cobraram a marcação de uma reunião específica com o banco para discutir a política de segurança bancária e a atuação do Grupo de Operações Especiais (GOE). A Contraf-CUT ficou de fazer um levantamento nacional junto aos sindicatos para apurar outras denúncias, pois é inaceitável que haja pressões psicológicas de inspetores sobre os trabalhadores, que parecem torturas, além do descaso com a vida das pessoas. O banco ficou de agendar uma reunião específica.

CONQUISTA

ANS mantém plano de saúde para aposentados e demitidos sem justa causa

Está em vigor desde o último dia 1º/6, a norma da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) que garante a manutenção do plano de saúde empresarial para funcionários aposentados ou demitidos sem justa causa. De acordo com as novas regras, o aposentado que contribuiu por mais de dez anos pode manter o plano pelo tempo que desejar. Quando o período for menor, cada ano de contribuição dará direito a um ano no plano coletivo depois da aposentadoria.

Já os trabalhadores demitidos sem justa causa podem permanecer no plano por um período equivalente a um terço do tempo em que foram beneficiários dentro da empresa, respeitando o limite mínimo de seis meses e máximo de dois anos.

O secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT, Walcir Prevital, relativiza os ganhos trazidos pela norma e afirma que a regulação não resolveu o problema essencial colocado em questão pelos trabalhadores, que é o de quem paga a conta. "A lei e a regulação dizem que é o 'beneficiário' que deve arcar com a parte paga pelo empregador quando aposentar-se ou ser desligado do emprego. Questionamos isso, mas não fomos ouvidos", afirma Walcir.

A ANS definiu ainda que as em-

presas poderão manter os aposentados e demitidos no mesmo plano dos ativos ou fazer uma contratação exclusiva, desde que mantendo as condições de cobertura e rede do plano dos ativos. Se todos estiverem no mesmo plano, o reajuste deverá ser o mesmo para empregados ativos, aposentados e demitidos. No caso da contratação exclusiva, os beneficiários continuarão protegidos, já que o cálculo do percentual de reajuste tomará como base todos os planos de ex-empregados na carteira da operadora.

A chamada portabilidade especial também está prevista na norma. Durante o período de manutenção do plano, o aposentado e o funcionário demitido poderão migrar para um plano individual ou coletivo por adesão, sem ter de cumprir novas carências.

Processo truncado — Em novembro de 2011, houve audiência pública na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa do Senado, convocada pelo senador Paulo Paim, para debater a proposta da ANS de regulamentação dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98, que tratam da possibilidade de permanência dos trabalhadores nos planos de saúde corporativos após o término do contrato de trabalho. A crítica feita pelos trabalhadores, durante a

audiência, era de que a regulação parecia atender exclusivamente aos interesses das operadoras.

A proposta da regulação foi elaborada por uma câmara técnica, composta por representantes da agência reguladora, dos patrões, das operadoras e dos consumidores. "A regulação era necessária, no entanto, a forma como foi discutida e conduzida desconsiderou pontos fundamentais para os trabalhadores", ressalta Walcir. O compromisso firmado pela ANS, na figura de seu presidente, Maurício Cheschin, era o de não regulamentar a questão até que a polêmica dos custos dos planos de saúde fosse resolvida. "No entanto, o compromisso não foi respeitado", critica Walcir.

Paim fez uma proposta de criação de um grupo de trabalho, que deveria ser composto pela ANS, Senado, operadoras, aposentados e centrais sindicais, para discutir a regulação dos artigos 30 e 31 da Lei 9.656/98 e encontrar soluções comuns aos problemas. "O grupo de trabalho proposto sequer foi instalado porque uma semana após a audiência a ANS regulamentou os artigos, quebrando o compromisso de levar adiante a discussão por meio do GT", aponta o secretário de Saúde do Trabalhador da Contraf-CUT.



Banco legal é banco seguro!

Campanha deve mobilizar a sociedade pela cobrança do cumprimento do Estatuto

O Sindicato dos Bancários do Ceará deve lançar em breve a campanha “Banco Legal é Banco Seguro”, como forma de divulgar o Estatuto Municipal de Segurança Bancária, aprovado pela Câmara Municipal de Fortaleza no último dia 6/6, e envolver a sociedade quanto à cobrança do cumprimento do Estatuto. Na próxima quinta-feira, dia 14/6, às 16h, acontece uma reunião no gabinete da Prefeitura para articular a sanção do projeto aprovado pela CMF.

O presidente da CMF, Acrísio Sena, afirma que, sancionado o projeto, só se concederão novos alvarás se essas agências cumprirem o que rege o Estatuto. A multa pelo descumprimento da lei pode chegar a R\$ 100 mil Ufirs do Município (que equivale a R\$ 100 mil).

O presidente do Sindicato dos Bancários do Ceará, Carlos Eduardo Bezerra, a lei é uma conquista não só dos bancários e vigilantes, mas de toda a população. “O Sindicato teve papel importante na elaboração desse projeto. Já existiam outras leis, outros projetos de lei, mas resolvemos fazer um trabalho conjunto para unir todas essas proposições em uma só e quem ganha com isso é a população de Fortaleza”. Ele completa: “es-

peramos que esta contribuição sirva de exemplo para outros municípios e também seja mais um elemento que venha ajudar a organização dos trabalhadores bancários a exigir que a responsabilidade dos bancos realmente seja cumprida e se não cumprirem, que paguem multas equivalentes a seus patrimônios, inclusive com a interdição de suas agências”.

Campanha – O Sindicato já debate detalhes sobre as peças publicitárias da campanha, com o mote: “A vida está acima do lucro - Banco legal é banco seguro”. As discussões devem ser aprofundadas aguardando a sanção da prefeita Luizianne Lins do Estatuto de Segurança.

O secretário de Organização da Contraf-CUT, Miguel Pereira, afirma que é importante enfatizar que o lucro do banco não pode estar acima da vida.

Ele lembra que o movimento sindical bancário luta, em nível nacional, pela isenção de tarifas para algumas transações que diminuiria o número de saídas bancárias. “Seria interessante ainda uma campanha educativa sobre a importância das portas giratórias. Nos aeroportos existem detectores que barram mesmo e todos que estão lá sabem que aquilo é para sua própria segurança. Nos bancos tem de haver essa consciência também”, sugere.

“O Sindicato está terminando a elaboração da campanha, estamos articulando politicamente junto ao Executivo Municipal de Fortaleza a sanção do projeto de lei do Estatuto de Segurança e daí, partir para uma campanha educativa, para envolver a sociedade toda na cobrança da responsabilidade dos bancos e também da fiscalização do município”, conclui Carlos Eduardo.

Foto: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE



VIOLÊNCIA

Bandidos atacam banco e praticam assalto contra clientes

No mesmo dia 5/6, os bandidos agiram duas vezes em Fortaleza. Na primeira, arrombaram um caixa eletrônico. Na outra, invadiram uma agência, fizeram reféns e roubaram um malote, dinheiro dos caixas e armas dos vigilantes. Os assaltantes utilizaram uma modalidade de roubo – a “chegadinha bancária”, ao invadirem uma agência do Itaú, na Avenida Santos Dumont, logo após a chegada de um homem que levava um malote com R\$ 390 mil.

O ataque armado aconteceu no fim do expediente bancário, por volta das 15h50, no momento em que o funcionário de uma concessionária de veículos importados chegava à agência bancária para entregar um malote. Segundo a Polícia, eram quatro homens portando pistolas. Rapidamente,

eles renderam os seguranças da agência, tomaram suas armas e agrediram com socos o funcionário da concessionária que iria fazer o depósito no banco.

Em seguida, os criminosos roubaram o dinheiro que havia na bateria de caixas da agência bancária e também objetos pessoais dos clientes. Rapidamente, fugiram em duas motocicletas, que foram abandonadas poucos quarteirões dali. Conforme o relato de testemunhas, no momento em que abandonaram as duas motos. No trajeto da fuga um dos veículos dos bandidos causou um acidente. Colidiu com o Pálio numa moto que era pilotada por um policial militar. Apesar do cerco imediato pelo pela Polícia, os ladrões não foram localizados.

SEGURANÇA PÚBLICA

Transporte de explosivos terá escolta armada a partir de novembro

Explosivos usados por mineradoras e outras empresas que trabalham com o artefato só poderão ser transportados com escolta armada, para evitar roubos. Uma das novidades da Portaria 03/2012, publicada no dia 18/5 pelo Exército, a regra foi anunciada após a onda de ataques a depósitos de dinamites em Minas Gerais, que expôs a fragilidade do armazenamento desse tipo de material.

Quadrilhas conseguiram desviar dos paíóis no Estado quase uma tonelada de explosivos, desde julho do ano passado. O produto é usado por criminosos, principalmente, para arrombar caixas eletrônicos. A portaria do Exército, com regras de segurança mais rígidas, passarão a ser cobradas a partir de novembro.

Segundo o capitão Jomar José Nunes Lobo Júnior, oficial de comunicação social da 4ª Região Militar do Exército, atualmente, os veículos que transportam dinamite precisam ser equipados apenas com telefone celular, rádio comunicador e sistema de rastreamento em tempo real.

Em 2012, no Ceará, foram registrados 14 arrombamentos a agências e postos de serviços, sendo que destes, em sete foram utilizados explosivos. O último caso aconteceu na quinta-feira, 31/5, em Tamboril (Inhamuns), onde a agência do Bradesco ficou completamente destruída.

O oficial afirma que o título de registro, documento autorizando a produção de explosivos, é concedido pela Diretoria de Fiscalização de Produtos Controlados do Exército, em Brasília. “Para que mineradoras e outras empresas usem dinamite, é preciso que tenham o certificado de registro”. O transporte é autorizado mediante apresentação do termo de transferência de posse, com informações sobre a origem e o destino do material e a quantidade transportada.

Segundo o capitão, os explosivos podem ser transportados em caminhões com carroceria aberta ou fechada, desde que atendam às condições técnicas de segurança.

MÍDIA NACIONAL

Bancários começam a definir proposta de mídia para Campanha Salarial 2012

Objetivo é dialogar com a categoria e com a sociedade, de modo a pressionar os bancos e fortalecer a unidade de todos os bancários. Próxima reunião está agendada para o dia 14/6, às 14h, em São Paulo. Uma campanha de mídia nacional capaz de dialogar tanto com a categoria bancária quanto com a sociedade, pressionando os bancos e fortalecendo a unidade dos trabalhadores das instituições financeiras públicas e privadas, de modo a potencializar a marca da Campanha Nacional 2012.

Tendo essa premissa como meta, secretários de imprensa e profissionais de comunicação de 18 federações e sindicatos de bancários participaram na semana passada, em São Paulo, da primeira reunião para discutir a mídia da campanha salarial deste ano. O encontro seguiu decisão do Comando Nacional dos Bancários.

A reunião foi aberta com uma apresentação retrospectiva das campanhas de mídias dos bancários dos últimos 20 anos, feita pelo secretário de Finanças da Confederação Na-

cional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf/CUT), Roberto von der Osten (Betão), que representou o secretário de Imprensa, Ademir Wiederkehr, que estava de licença-médica.

Os debates tomaram por base os quatro grandes eixos da campanha salarial 2012: sistema financeiro nacional, emprego (demissões – rotatividade – contratações – terceirizações – correspondentes bancários), remuneração (aumento real – valorização dos pisos – PCSA – PLR – previdência complementar), saúde, condições de trabalho e segurança bancária. Esses eixos, aliás, foram apontados por seminário do Comando Nacional dos Bancários, promovido pela Contraf/CUT em 22 e 23/5, em São Paulo.

As reuniões para discutir a mídia da campanha salarial deste ano são abertas à participação de dirigentes do Comando Nacional, sindicatos e federações, especialmente diretores de comunicação e profissionais de imprensa das entidades.

CMF aprova Estatuto Municipal de Segurança Bancária

“A Câmara cria um mecanismo de prevenção, assegurando a tranquilidade nas agências bancárias, preservando à vida dos usuários e dos bancários”, destacou o presidente da Câmara Municipal de Fortaleza, vereador Acrísio Sena (PT), com a aprovação o projeto de lei nº 0144/12, criando o Estatuto Municipal de Segurança Bancária. A proposta, apreciada em discussão única pela plenário da Casa na quarta-feira, 6/6, consolida a legislação municipal sobre as regras de segurança nos estabelecimentos bancários e financeiras da Capital, que após a sanção do projeto, terão um prazo de 120 dias para adequação à Lei.

O próximo passo, como afirmou o presidente Acrísio Sena, será uma audiência com a prefeita de Fortaleza, Luizianne Lins, sobre a fiscalização nas agências bancárias, com foco nas instalação das portas eletrônicas com detector de metais e dos biombos nos caixas das agências. O Estatuto de Segurança enquadra, além dos bancos oficiais e privados, sociedades de crédito, associações de poupança, postos

de atendimentos, subagências de crédito, cooperativas de crédito, caixas eletrônicos, e similares.

O Estatuto de Segurança estabelece que todas as agências bancárias deverão dispor das portas eletrônicas, vidros resistentes a impactos e a disparos de armas de fogo de grosso calibre, sistema de monitoração e gravação eletrônica em tempo real, divisórias e biombos nos caixas das agências e no auto-atendimento. A proposta trata ainda dos vigilantes que atuam nos bancos, que deverão usar colete à prova de bala (Nível 3), portar arma de fogo e arma não letal autorizada, além da instalação de assento apropriado para os profissionais e escudo de proteção.

Em relação a área do auto-atendimento, o Estatuto de Segurança também especifica normas de segurança, como a presença de vigilante durante o horário de funcionamento do serviço, seguindo o padrão dos profissionais atuantes no interior da agência. O projeto veda ainda a utilização de capacetes e outros acessórios (óculos escuros, bonés, toucas, dentre outros) que

atrapalhem a identificação da pessoa nas agências. A proposta proíbe também o uso de aparelhos celulares no interior dos estabelecimentos, obrigando as agências a instalarem bloqueadores de celular para coibir as “saídas bancárias”.

A matéria, que ainda volta em Redação Final, foi debatida pela Câmara com representantes do Sindicato dos Bancários do Estado, Secretaria de Defesa do Consumidor, e da Polícia Civil. O projeto contou com apoio dos segmentos, que buscam a execução das Leis do Município nas agências bancárias da Capital.

Após o período para a adequação nos Bancos, as instituições poderão ser autuadas com multa e interdição do local. A primeira autuação estabelece um prazo de 10 dias para o enquadramento à Lei. Na segunda notificação, o banco pagará uma multa de 100 mil Unidades Fiscais do Município (UFM) e em reincidência, após 30 dias, o valor cobrado é de 200 mil UFM. Caso a agência permaneça sem implementar à Lei o local será interditado.

Sindicato realizará em 14/6 Dia da Isonomia e Equiparação no BNB

O Sindicato dos Bancários do Ceará realizará na próxima quinta-feira, dia 14/6, na Praça Jäder Colares, no Passaré, grande manifestação para marcar o ajuizamento da Ação de Isonomia, envolvendo a reivindicação de vários direitos e benefícios para funcionários dos bancos federais, principalmente os que ingressaram a partir do ano 2000, posterior às resoluções do DEST que retiraram direitos dos trabalhadores. No BNB, a ação inclui benefícios como licença-prêmio, anuênios, promoção, auxílio material escolar, folgas, empréstimo de férias.

Também naquela data, o Sindicato estará reunindo os beneficiários da Ação de Equiparação das funções em comissão dos funcionários do BNB às do Banco do Brasil, dando continuidade à campanha pelo cumprimento de decisão judicial que manda restabelecer o direito para mais



de 1.600 funcionários da ativa e aposentados. A campanha Equiparação Já foi lançada dia 5/6, em plenária no Meridional Center, sob o patrocínio do SEEB/CE e AABNB.

A campanha terá sua pri-

meira fase encerrada em 28/6 e constará de atividades nas áreas parlamentares e jurídica, além de ações na mídia através da veiculação de mensagens na TV, jornal, rádios, out-doors, dentre outros meios de comunicação.

EQUIPARAÇÃO JÁ!

Sindicato e AABNB lançam campanha pelo cumprimento da decisão judicial

O Sindicato dos Bancários do Ceará e a Associação dos Aposentados do BNB (AABNB) realizaram na terça-feira, 5/6, no Meridional Center, o lançamento da Campanha "Cumprimento da Ação de Equiparação, Já!". Na ocasião, estiveram presentes cerca de 190 beneficiários aposentados, que puderam ter mais detalhes da ação que tramita na Justiça há mais de 20 anos.

A plenária foi mais um passo de uma série de ações para intensificar a luta pelo cumprimento do Processo 1730/91, que trata sobre a equiparação das comissões do BNB ao BB. Diante da letargia do Banco em fazer valer a decisão da Justiça e de não apresentar propostas dignas para os funcionários, o Sindicato e a AABNB decidiram avançar na luta, levando o problema ao conhecimento público através de uma campanha de mídia.

"É uma mobilização política para voltar com força total no campo jurídico. A ação está quase completando suas bodas de prata, mas esperamos resolvê-la antes disso. Iremos às agências, às ruas, a todos os meios de comunicação para tornar público o desrespeito do Banco perante a Justiça e os funcionários", afirma Tomaz de Aquino, Diretor do SEEB/CE e Coordenador da CNFBNB.

"Queremos sensibilizar o público interno do Banco e a opinião pública para o tempo de espera e para a idade avançada de grande parte dos beneficiários. E, dessa forma, pressionar a direção do BNB para apresentar uma proposta aceitável para acordo", diz Sousa Junior, assessor técnico do SEEB/CE e coordenador de mídia da Campanha, ao apresentar as estratégias de comunicação.



Fotos: Drawlio Joca



Carlos Chagas, assessor jurídico do Sindicato, destacou a importância dos beneficiários entenderem a ação e acompanharem os trâmites do processo. "Quanto mais tivermos esclarecimentos, melhor. O maior desafio que temos em um processo como esse, com números superlativos, é fazer com que as pessoas entendam todo o histórico do processo judicial. Se houver dúvidas, é procurar o Sindicato para remarmos juntos nessa ação coletiva", afirmou.

Manifestação – No próximo dia 14/6, o Sindicato dos Bancários do Ceará realizará na Praça Jäder Colares, no Passaré, uma manifestação para marcar o ajuizamento da Ação de Isonomia, envolvendo a reivindicação de vários direitos e benefícios para funcionários dos bancos federais. No BNB, a ação inclui benefícios como licença-prêmio, anuênios, promoção, auxílio material escolar, folgas, empréstimo de férias.

UMA GESTAÇÃO!

Após muita pressão, Acordo do BNB é assinado e garante auxílio enfermidade para aposentados pelo INSS

Exatos nove meses e seis dias após a data-base da categoria bancária – 1º de setembro – finalmente o Acordo Coletivo de Trabalho relativo ao exercício de 2011/2012 teve sua assinatura autorizada pelo DEST. O Acordo foi formalizado por força de insistentes esforços realizados pela Contraf-CUT e SEEB/CE para superar os trâmites burocráticos.

Em fevereiro de 2012, o Secretário de Organização da Contraf-CUT, Miguel Pereira, e o coordenador da Comissão Nacional dos Funcionários do BNB e diretor do SEEB/CE, Tomaz de Aquino, estiveram com o coordenador do DEST, Murilo Barela, cobrando a assinatura do Acordo, contemplando a inclusão de cláusulas novas de interesse do funcionalismo, dentre as quais a garantia do Auxílio-Enfermidade para aposentados pelo INSS. Outro avanço diz respeito à concessão do Auxílio-creche/Auxílio-Babá a partir da data de nascimento da criança. Até então, o benefício era concedido somente a partir do quarto mês de vida.

Um outro avanço contempla os afastados pelo INSS que, eventualmente, eram excluídos da folha de pagamento nesse período e o pagamento do seguro individual não era feito e, na ocorrência de algum

sinistro, esse vácuo nos repasses poderia criar alguns problemas para o pagamento do seguro ao afastado. A partir de agora, essa situação está superada com a assinatura do acordo coletivo 2011/2012, com o Banco assumindo o compromisso de manter o pagamento nessas situações.

Além disso, no caso das ausências legais, houve um avanço ampliando a extensão do benefício quanto ao número de dias para acompanhamento de dependentes. Antes era apenas um dia por ano, agora passa a ser um dia por cada dependente.

A assinatura ratifica ainda as questões já presentes no termo de ajuste preliminar assinado logo após o fim de campanha salarial 2011, tais como valorização do piso, entre outros.

A assinatura formal do Acordo aconteceu na última quarta-feira, 6/6, em reunião na Superintendência de Desenvolvimento Humano, no Centro Administrativo do Passaré, em Fortaleza, com a presença do Secretário de Organização da Contraf-CUT, Miguel Pereira e do coordenador da CNFBNB, Tomaz de Aquino, além do presidente da Fetrafi/NE e do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra Marques.

Fotos: Elton Gomes



HSBC

Frustração em negociação sobre emprego e remuneração

A Contraf-CUT, federações e sindicatos retomaram o processo de negociação permanente com o HSBC, na segunda-feira, dia 4/6, na sede da Confederação, em São Paulo. Na pauta estiveram temas como emprego, previdência complementar e o não desconto dos programas próprios de remuneração (PPR/PSV) na PLR.

"O movimento sindical apresentou propostas, mas o banco não avançou nas negociações. Mais uma vez, as entidades sindicais têm suas reivindicações frustradas, o que irá aumentar o clima de insatisfação dos bancários", alerta Alan Patrício, secretário de Assuntos Jurídicos da Contraf-CUT e funcionário do banco.

Emprego – Na pauta do emprego, o banco respondeu negativamente em relação à reposição e contratação de novos funcionários, principalmente na área de atendimento. Além disso, o banco apresentou ao movimento sindical o projeto piloto da máquina assistente de caixa, que está sendo implementado em Curitiba e São Paulo.

"Na visão do banco, as máquinas irão facilitar o trabalho dos caixas, porém essa tecnologia não repõe a

força de trabalho e nem justifica a falta de funcionários. Os sindicatos, inclusive nós do Ceará, vão monitorar o processo para que as máquinas não diminuam os postos de trabalho", afirma o diretor do Sindicato dos Bancários, Humberto Silva.

Remuneração – O banco informou também que manterá a política de desconto do PPR B e D na PLR dos bancários. O desconto continuará afetando diretamente a área de serviços e retaguarda e os bancários querem o não desconto para todos.

Previdência complementar – Os representantes do HSBC afirmaram que estão aguardando uma série de informações solicitadas internamente para dar sequência ao debate. O banco disse que o novo benefício apresentado unilateralmente para os que têm renda superior a R\$ 3.500,00 não é uma forma de segregação dos demais funcionários. Para as entidades sindicais, essa é uma forma de segregação sim, pois o banco implementa de forma unilateral um plano que não atende a categoria.

A boa notícia foi que o HSBC se comprometeu em reativar o grupo de trabalho para discussão da saúde do trabalhador.

No Ceará, BB inova em burlar Acordo Coletivo na prática de assédio moral

Foto: Secretaria de Imprensa – SEEB/CE

O Sindicato dos Bancários do Ceará teve reunião com a Superintendência Estadual do BB, no dia 5/6, para apurar fato da mais alta relevância para o funcionalismo, que chegou ao conhecimento da entidade sindical, sendo presenciado em diversas unidades, onde colegas de trabalho foram encontrados chorando durante o expediente. A pressão para o cumprimento de metas e o assédio moral que geralmente acompanha essas cobranças tem se tornado uma prática comum para alguns gestores e podemos afirmar quase uma “filosofia” para o banco no cumprimento das metas abusivas. O Super não confirmou se irá efetivar os descomissionamentos, mas insistiu que caso queira, é possível fazê-lo como ato de gestão.

Denúncia – No último dia 31 de maio, um grupo de aproximadamente 20 gerentes foi convocado a comparecer à Super/CE para serem informados que a direção nacional do banco estava exigindo que os gerentes que não cumprissem o sub item da meta – financiamento de veículos – fossem todos descomissionados. O aviso a todos foi: “se não cumprirmos essa meta, serão todos descomissionados”.

Foi então definido um prazo, até o último dia 8/6, para que este grupo de gerentes cumprissem a meta definida. Para tanto, foi exigido a assinatura em “Termo de Compromisso”. E pasmem, foi informado que a partir desse “procedimento inovador”, quem não cumprir será descomissionado por insubordinação. Mesmo estando estes gerentes com suas metas de crédito já cumpridas, o que amplia ainda mais a injustiça, pois seriam punidos somente pelo não cumprimento de um sub item de suas metas.

Isso é muito grave, não só porque expõe a prática nociva do assédio, mas evidencia o desrespeito com as normas coletivas contratadas nacionalmente. Outros fatos relevantes



que perpassam a denúncia é a evidente falta de gestão e acompanhamento das metas pela empresa. Ficou evidente a falta de feedback para as equipes, pois como que somente no final do semestre, com as metas de crédito já cumpridas pelos gerentes é que se percebe a importância do sub item financiamento de veículos? Ou se este item ganhou relevância, por que então não redimensioná-lo para os semestres futuros?

Não, mas para essa direção é preciso punir. E punir exemplarmente, inclusive os que cumprem seus objetivos, para manter o jugo e a pressão constante sobre todos.

Outra questão – A recente política adotada pelo governo federal, que consideramos correta, de redução de juros, tem levado os clientes a tomar outras modalidades de crédito mais baratas, por exemplo, o consignado. A direção do BB quer que sejam “empurradas” linhas mais caras, para o atingimento de suas metas? Além de ir contra as orientações do próprio governo e a ideia da redução das taxas de juros, o próprio cliente está ciente disso. A direção da empresa espera ou induz que seus gerentes enganem a população?

Isso também o Sindicato dos Bancários do Ceará não aceitará, e por isso vai apurar os fatos e caso

sejam procedentes irá tomar uma série de providências para garantir os direitos dos bancários:

- Denunciar amplamente o fato e as práticas de assédio moral nos ambientes de trabalho;
- Exigir o cumprimento dos termos do ACT 2012, que proíbe o descomissionamento antes da 3ª avaliação negativa;
- Denunciar o BB por descumprimento de Acordo Coletivo de Trabalho;
- Denunciar e promover o competente processo judicial para apuração de prática de assédio moral coletivo;
- Apurar a denúncia da prática do assédio moral estrutural, uma vez que houve a informação de se tratar de uma exigência nacional, junto à Contraf-CUT.

O Sindicato dos Bancários do Ceará conclama a todo o funcionalismo a ser solidário nessa luta, pois o que hoje atinge 20 colegas tem sido prática recorrente nos demais locais de trabalho, acabando com a saúde e a qualidade de vida de milhares de profissionais. Além disso, o BB está cada vez mais repassando os riscos e as responsabilidades do negócio bancário, que são seus, para seus funcionários. Vamos dar um basta a essa situação!

Sindicato realiza ato para denunciar a Superintendência do BB no Ceará

Diante da postura do Superintendente, que em reunião no dia 5/6, afirmou poder realizar descomissionamento por ato de gestão, desrespeitando assim o ACT 2011/2012, o Sindicato realizou ato de protesto na sede da Superintendência e nas agências do BB, no último dia 8/6, denunciando essa postura cada vez mais negativa. “Não podemos admitir que isso aconteça, pois se se alastrar pode virar moda em todo o banco. Não aceitamos essa imoralidade e o Sindicato está pronto para dar uma resposta com medidas, inclusive, políticas e jurídicas”, disse o presidente do SEEB/CE, Carlos Eduardo Bezerra.

O desrespeito do Banco do Brasil, no Ceará, ao Acordo Coletivo de Trabalho e a burla de uma conquista dos funcionários na Campanha 2011/2012, que proíbe a perda de função antes da 3ª (terceira) avaliação de desempenho negativa, foi o mote do ato de protesto do Sindicato. A Superintendência Estadual ameaçou de descomissionamento gerentes pelo não cumprimento de metas abusivas impostas pelo banco.

O ato foi momento de protestar, mobilizar os funcionários do BB e pedir apoio da sociedade, em defesa dos trabalhadores ameaçados

de perderem suas comissões e protesto contra a atuação da Super e Gepes de não reconhecerem o acordo coletivo que protege os colegas de um ataque. “Esse ato é de mobilização dos colegas para que possam enfrentar esse momento, demonstrar nossa indignação e fazer o banco entender o equívoco que está cometendo”, completou o presidente do SEEB/CE.

Os dirigentes do Sindicato visitaram todas as unidades da Super/BB, mostrando aos bancários a postura do banco e informaram que vão ser tomadas ações políticas e jurídicas, contra essa burla do acordo coletivo do BB, com denúncias à direção geral do banco, em Brasília, e à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego e ao Ministério Público do Trabalho.

José Eduardo Marinho, diretor do SEEB/CE, no ato repudiou essa política desumana do BB. “Isso é assédio moral, isso é um absurdo”, disse. Para o dirigente sindical, “o banco precisa ser provocado a mudar esta prática desumana de chantagear os funcionários com a perda de comissões até em casos como estes, como se a culpa fosse do bancário e esse ato foi só o começo”.



OUTROS Toques

Universidades federais

As universidades federais poderão ser obrigadas a destinar pelo menos 50% de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. É o que prevê o Projeto de Lei da Câmara (PLC) 180/2008, que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou no dia 6/6. O projeto é de autoria da deputada federal Nice Lobão (PSD/MA). A matéria segue para análise da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e da Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE).

Interação visual

Uma simples e breve interação com um homem pode trazer um calor e brilho especiais ao rosto das mulheres, revela um novo estudo realizado por pesquisadores da Universidade de St. Andrews, descobriram que a mera interação visual entre duas pessoas do sexo oposto pode causar um considerável aumento da temperatura do rosto das mulheres. Os cientistas ressaltaram que outros tipos de pesquisa podem se beneficiar da mesma técnica no futuro, para medir os níveis de estresse e detectar mentiras.

“O IPCA de 0,36% é muito bom. Significa que a inflação anualizada em 12 meses está abaixo de 5%, está caindo em relação ao ano passado. Isso nos dá graus de liberdade para ter uma política monetária mais flexível, ou seja, redução de taxa de juros e aumento do crédito. Aliás, isto já está ocorrendo. E isso já está estimulando o consumo e o investimento”

Guido Mantega, ministro da Fazenda

Lavagem de dinheiro

O Senado aprovou, dia 5/5, projeto que endurece a legislação de combate aos crimes de lavagem de dinheiro, facilitando a caracterização do delito e prevendo maiores punições a “laranjas”. O texto segue para sanção da presidente Dilma Rousseff – que não deve fazer vetos. O projeto faz com que o delito de lavagem ocorra mesmo quando não estiver vinculado a nenhum outro crime. Uma das inovações do projeto prevê a alienação antecipada de bens dos acusados e dos “laranjas”.

Saúde

A Comissão de Seguridade Social e Família aprovou, dia 30/5, proposta que amplia o saque do saldo do FGTS para o tratamento de doenças. Conforme proposta, o saque poderá ser realizado para tratamento do trabalhador, cônjuge e dependente portador de Aids, câncer, esclerose múltipla, distrofia muscular progressiva, paralisia irreversível e incapacitante; doenças dos rins ou do fígado crônicas; pessoas que necessitem de transplantes de órgãos vitais, próteses ortopédicas ou cadeira de rodas, cirurgias para preservação ou recuperação da visão ou da audição e compra de aparelho auditivo. O projeto ainda será analisado pelas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Finanças e Tributação; e Constituição e Justiça e de Cidadania.

9912180326-DI/CE
SIND. DOS BANCÁRIOS
Postal
Mala Direta

DEVOLUÇÃO
GARANTIDA
CORREIOS

| | |
|---|---|
| DATA: | RUBRICA: |
| POSTAL EM | <input type="checkbox"/> REINTEGRAÇÃO AO SERVIÇO |
| <input type="checkbox"/> PORTFÓLIO OU SÍNDICO | <input type="checkbox"/> INFORMAÇÃO PRESTADA PELO |
| OUTROS: | <input type="checkbox"/> NÃO PROCURADO |
| <input type="checkbox"/> AUSENTE | <input type="checkbox"/> RECUSADO |
| <input type="checkbox"/> DESCONHECIDO | <input type="checkbox"/> FALCIDO |
| <input type="checkbox"/> NÃO EXISTE O Nº INDICADO | <input type="checkbox"/> ENDEREÇO INSUFICIENTE |
| <input type="checkbox"/> MUDOU-SE | |